

MULHERES QUILOMBOLAS E O QUE ELAS TÊM A DIZER PARA AS GEÓGRAFAS QUE SE DEDICAM A ESTUDAR O CAMPO E/OU RURAL

QUILOMBOLA WOMEN AND WHAT THEY HAVE TO SAY TO GEOGRAPHERS
WHO ARE DEDICATED TO STUDYING THE COUNTRYSIDE AND/OR RURAL

LAS MUJERES QUILOMBOLAS Y LO QUE TIENEN PARA DECIR A LAS
GEÓGRAFAS QUE SE DEDICAN AL ESTUDIO DEL CAMPO Y/O RURAL

Layana da Rosa Ferreira ¹

Victor Dantas Siqueira Pequeno ²

Resumo: Este é um trabalho que se pretende um ensaio teórico para pensar e avaliar os conceitos e/ou noções de gênero, corpo e território e a expressão material-simbólica destes no campo e/ou no rural. Problematicamos quais são os discursos que inscrevem a existência das mulheres negras (individual e coletivamente) no campo e/ou no rural. A partir da leitura da literatura especializada, consideramos os pressupostos: I) O campo continua sendo um espaço machista e misógino; II) As atividades produtivas no campo ocorrem de forma desigual quando implicadas nas relações de gênero e na diferença racial; III) As mulheres camponesas permanecem em condição de escória, abjeção e sub-representação política sob uma plataforma tecnocrática masculinista e sexista. Metodologicamente, a nossa pesquisa consiste num trabalho qualitativo-exploratório fundamentado na revisão de literatura e na revisão narrativa. Para composição dos nossos argumentos e apontamentos críticos realizamos buscas (nos meses de novembro e dezembro de 2024) de fontes teórico-empíricas na plataforma SciELO Brasil, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em termos de considerações e horizontes para ampliação do debate sobre as assimetrias de raça e gênero no campo e/ou no rural, confiamos nos quilombos e nas mulheres quilombolas como experiências políticas e culturalmente insurgentes no que diz respeito à construção e efetivação de um projeto de uma cultura feminina camponesa antirracista e antissexista fundada na autorrepresentação política, no afeto mútuo e na corporeidade insubmissa.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Quilombo; Corpo; Território.

Abstract: This work is intended as a theoretical essay to think about and evaluate the concepts and/or notions of gender, body and territory and their material-symbolic expression in the countryside and/or rural areas. We problematize the discourses that inscribe the existence of black women (individually and collectively) in the countryside and/or rural areas. Based on a reading of the specialized literature, we consider the

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO/UFSM). Email: layanadarosaferreira@gmail.com. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8685-7827>.

² Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Email: victorpequenogeo@gmail.com. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3258-8171>.

following assumptions: I) The countryside continues to be a sexist and misogynist space; II) Productive activities in the countryside occur unequally when they are implicated in gender relations and racial difference; III) Peasant women remain in a condition of scum, abjection and political under-representation under a masculinist and sexist technocratic platform. Methodologically, our research consists of a qualitative-exploratory study based on a literature review and narrative review. In order to compose our arguments and critical notes, we carried out searches (in November and December 2024) for theoretical and empirical sources on the SciELO Brazil platform and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). In terms of considerations and horizons for broadening the debate on race and gender asymmetries in the countryside and/or rural areas, we trust in quilombos and quilombola women as politically and culturally insurgent experiences in terms of building and implementing a project for an anti-racist and anti-sexist female peasant culture based on political self-representation, mutual affection and unsubmitive corporeality.

Keywords: Gender; Race; Quilombo; Body; Territory.

Resumen: Este trabajo pretende ser un ensayo teórico para pensar y evaluar los conceptos y/o nociones de género, cuerpo y territorio y su expresión material-simbólica en el campo y/o áreas rurales. Problematicamos los discursos que inscriben la existencia de las mujeres negras (individual y colectivamente) en el campo y/o áreas rurales. A partir de la lectura de literatura especializada, consideramos los siguientes supuestos: I) El campo continúa siendo un espacio sexista y misógino; II) Las actividades productivas en el campo ocurren de forma desigual al estar implicadas en las relaciones de género y diferencia racial; III) Las mujeres rurales permanecen en una condición de escoria, abyección y sub-representación política bajo una plataforma tecnocrática masculinista y sexista. Metodológicamente, nuestra investigación consiste en un estudio cualitativo-exploratorio basado en una revisión bibliográfica y una revisión narrativa. Para componer nuestros argumentos y notas críticas, realizamos búsquedas (en noviembre y diciembre de 2024) de fuentes teóricas y empíricas en la plataforma SciELO Brasil y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). En términos de consideraciones y horizontes para ampliar el debate sobre las asimetrías de raza y género en el campo y/o en las áreas rurales, confiamos en los quilombos y en las mujeres quilombolas como experiencias política y culturalmente insurgentes en términos de construcción e implementación de un proyecto de cultura campesina femenina antirracista y antisexista basado en la auto-representación política, en el afecto mutuo y en la corporalidad insumisa.

Palabras clave: Género; Raza; Quilombo; Cuerpo; Território.

Introdução

Obinrin-Dudu

Negra-Mulher,

a Gaia por ascendência.

No sal do seu suor,

resistiu a toda violência.

Negra-Mulher,

sendo quem és:
O ser que brota na Terra,
e faz desta, a sua ifÉ.

Mulher-Negra,
sempre a caminhar.
Da r-existência que lhe fortalece,
realiza seu Corpo-Lugar.

Mulher-Negra,
cicatriz colonial.
Refaz o Corpo-Território,
sua identidade ancestral.

Autoria: Orton Tassira
8 de março de 2024
25 de dezembro de 2024

Primeiro, o poema de abertura expressa tanto uma atitude de ativismo científico, como se uma ode às mulheres negras diaspóricas, quanto uma síntese de nosso manuscrito, raiz primeira de nossa árvore argumentativa: mulheres-negras são ontologicamente e epistemologicamente experiências corpo-territoriais e que devem ser celebradas como sendo tais.

Segundo, assumimos o pronome feminino no título do presente artigo para evidenciar tanto o nosso posicionamento ético-científico feminista, quanto gesto afetivo para celebrar os trabalhos elaborados pelas geógrafas que mencionaremos ao longo de todo o texto, e que nos foram indispensáveis na composição dos nossos argumentos.

Terceiro, reservadas as diferenças de ordem etimológica e conceitual, utilizamos os termos “Campo” e “Rural” como sinônimos, de modo a que a leitora possa escolher por qual tem mais afinidade empírica. Feitas as ressalvas, agora sim, podemos iniciar a travessia.

Analisar como se constituem as questões e conflitos entre gêneros no campo é de extrema importância. Não somente, compreender como as diferenças raciais influenciam as relações de gênero no campo consiste numa tentativa de evidenciar os diferentes graus de violência e opressão que imperam na sociedade brasileira que se quer agroindustrial.

Isto posto, pretendemos aqui ensaiar uma reflexão teórico-conceitual acerca de alguns conceitos como gênero, corpo e território, e propor argumentos que nos auxiliam numa leitura interseccional (Crenshaw, 2002) da cotidianidade campesina feminina em voga no nosso país. Sendo assim promovendo deslocamentos das concepções de senso comum, e que envolvem estruturas complexas de condições de trabalho, saúde e condições dignas de vida; para promoção da justiça e participação social dessas mulheres no espaço rural.

Em razão da leitura da bibliografia encontrada, chegamos aos seguintes pressupostos: I) O campo continua sendo um espaço machista e misógino (Salvaro, 2018; Gehlen; Cherfem, 2021); II) As atividades produtivas no campo ocorrem de forma desigual quando implicadas nas relações de gênero e na diferença racial (Paula, 2019; Bueno, Silva, 2020; Teixeira, 2023); III) As mulheres camponesas permanecem em condição de escória, abjeção e sub-representação política sob uma plataforma tecnocrática masculinista e sexista (Paula, 2019; Teixeira, 2023).

Nossa pesquisa foi motivada pela vontade de saber se há na Geografia, especialmente, nos estudos que tratam das questões de gênero, proposições teórico-metodológico para conceber uma interpretação crítica sobre as relações de gênero e raça no campo e quais são as alternativas e/ou propostas elaboradas em tais agendas de pesquisa. Estamos convencidas de que: ao tratar questões de gênero, raça e ruralidade interseccionalmente fica mais fácil realizar um exame sistemático das experiências das mulheres negras no campo, e conceber alternativas para superar as desigualdades que tais vidas enfrentam.

Metodologicamente, a nossa pesquisa consiste num trabalho qualitativo-exploratório (Gil, 2002) fundamentado na revisão de literatura e na revisão narrativa (Ribeiro, 2014). Realizamos buscas (nos meses de novembro e dezembro de 2024) de artigos científicos na plataforma SciELO Brasil e seleção de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dos critérios adotados para a seleção das fontes: artigos, teses e dissertações (na área de Geografia Humana) com títulos ou resumos que apresentam ao menos três das palavras-chave, a saber: espaço rural, campesinato, assentamento, mulher negra, mulher quilombola, mulher assentada e mulher camponesa. Feita a seleção das fontes, assumimos a postura de interpretadoras-analistas, tendo em vista os princípios da análise de discurso estabelecidos por Eni Orlandi (2005) para quem qualquer descrição é dependente de uma interpretação, de

modo que, ao envolvermo-nos com o objeto e/ou o fenômeno conceituado e/ou teorizado, interferimos imediatamente no mesmo.

Para além desta introdução, o nosso texto foi organizado em três seções teórico-conceituais, a saber: I) Mulheres no campo e/ou rural: miradas geográficas; II) Corpo e representação política por/entre mulheres negras no campo e/ou no rural; e III) Mulheres negras no campo e/ou no rural: um panorama geográfico (2019-2023).

Mulheres no campo e/ou rural: miradas geográficas

Reconhece-se os trabalhos da professora-pesquisadora Rosa Rossini como um dos pioneiros e responsáveis por mobilizar questões e a categoria de gênero na agenda de pesquisa geográfica brasileira (Silva, 2007; Spitalere, 2014). Estudos e pesquisas que colocaram em evidência as dinâmicas e assimetrias de gênero no campesinato, em específico, o cotidiano paulista.

[...] Rosa Ester Rossini, pioneira dos estudos de gênero, em específico na geografia agrária. Rosa deu ênfase à mulher em seus estudos sobre a força de trabalho no campo, produzindo assim a sua tese de livre-docência com o título “A mulher na lavoura canavieira paulista”, no ano de 1988, pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolveu produções dentro da área de educação e igualdade de gênero, gênero e meio ambiente, mas sua maior contribuição foi acerca dos estudos da força de trabalho feminina no campo (Spitalere, 2014, p. 26-27).

Em razão da sua formação intelectual ter sido desenvolvida no interior da matriz filosófica marxista, a leitura e entendimento que Rosa Rossini (1993) apresenta-nos sobre o conceito de gênero e sua contribuição para os estudos geográficos no que tange às dinâmicas no campo, focaliza as mulheres enquanto um grupo homogêneo a partir da alcunha ‘força de trabalho’: “As mulheres passam a se constituir como força de trabalho, e não apenas como mão-de-obra disponível e remanejável no grupo doméstico, através do trabalho assalariado [...]” (Rossini, 1993, p. 4).

O texto no qual referimos é intitulado “*Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo*” (Rossini, 1993). A autora inicia-o com argumentos em relação às mulheres enquanto coadjuvantes no sistema produtivo do/no campesinato. A partir daí, Rosa Rossini avança com a discussão das mulheres camponesas enquanto grupo organizado, afirmando que a pauta/demanda principal destas se refere ao reconhecimento do *status* de trabalhadoras e a conquista de direitos por assim estarem: “À medida que a

mulher está entrando cada vez mais no mercado de trabalho, começa a se ver como trabalhadora e não mais como elemento que “ajuda”. Neste momento, ela começa a participar de sindicatos. É o prenúncio da mudança de vento” (Rossini, 1993, p. 6).

A área de estudo escolhida por Rosa Rossini (1993) para desenvolver sua pesquisa foram os canaviais de São Paulo, especificamente, aqueles localizados na cidade de Ribeirão Preto. As suas idas a campo resultaram em alguns questionamentos e constatações sobre a jornada de trabalho da mulher camponesa em tais espaços, bem como atividades outras que sobrecarregam a mulher de forma desigual em comparação aos homens camponeses.

No trabalho do campo, enquanto residente rural, quer seja na qualidade de trabalho familiar em pequenas propriedades, ou quando o marido era o responsável assalariado, a mulher levava, desde a mais tenra idade, a criança no trabalho rural. Na agricultura da cana, essa possibilidade inexistia; não há permissão por parte dos empreiteiros e nem dos fiscais [...] as mulheres são obrigadas a lançar mão de outras estratégias, via de regra são as mães, sogras e filhas que se encarregam dessa atividade. É frequente o aparecimento de “creches” particulares, onde uma mulher assume o encargo de várias crianças menores de 2 anos ou até maiores (Rossini, 1993, p. 6).

A análise feita pela autora contemplou também alguns marcos jurídicos como a legislação do trabalhador rural, mais precisamente o Estatuto do Trabalhador Rural, que concedeu alguns direitos essenciais à mulher camponesa como a licença de maternidade. Contudo, tal aparato jurídico é racialmente desigual. O que nos leva à reflexão sobre o papel de “reprodutora”, “trabalhadora doméstica” “camponesa” e “mulher forte”, ideias e ideais que carregam consigo fortes significados de imposição ao serem atribuídos ao corpo-território das mulheres negras. Características instituídas através de todo processo de exploração sexista e racista, em que mulheres negras sofreram e sofrem até hoje, tanto na esfera doméstica, quanto no trabalho produtivo do campo, dependentes de baixos salários, condicionadas à insalubridade, periculosidade, vulneráveis a assédios e demais precariedades.

Quanto à atividade produtiva, Rosa Rossini (1993) verificou que há certas práticas e/ou códigos de condutas derivados da dicotomia sexual (homem *versus* mulher) que interferem e organizam as relações de trabalho. Sua atenção foi direcionada para o plantio e cultivo da cana-de-açúcar. Em tal atividade produtiva, observou que algumas funções são feminizadas e outras, masculinizadas.

Na cana, a tarefa de plantio sempre foi considerada feminina, pois na pequena produção agrícola a mulher já desempenhava essa atividade. A atividade de levar os toletes de cana para os sulcos, no plantio, cobrir a terra e fazer a primeira adubação são tarefas também desempenhadas predominantemente pelas mulheres, das quais os menores também participam, como uma verdadeira relação histórica [...] A adubação hoje é feita em grande escala por máquinas dirigidas por homens; não se tem notícia de mulheres tratoristas na agricultura comercial da cana (Rossini, 1993, p. 9).

Por fim, a geógrafa encerra o texto com ponderações sobre a dupla jornada de trabalho da mulher camponesa e dona de casa. Assim como ocorre em cotidianos urbanos, o trabalho doméstico no espaço rural não é reconhecido como atividade produtiva nos termos do capitalismo agroindustrial, mesmo que indispensável para a reprodução da família.

Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando de casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária, realizada nas horas extremas (muito cedo ou à noite) ou no final do sábado e no domingo, pois é indispensável para a reprodução da família. O tempo de repouso para a mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem ele permanece o mesmo, pois, após uma longa jornada de trabalho, o homem chega em casa e aguarda o jantar. Nos fins de semana, ele vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo; enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupas, cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças etc. (Rossini, 1993, p. 10).

Outra contribuição também pioneira no interior do debate das relações de gênero no espaço rural foi a pesquisa da geógrafa María Franco García em parceria com o geógrafo Antonio Thomaz Júnior. O texto que aqui referenciamos é o artigo de título “*Trabalhadoras rurais e a luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território*”, publicado na revista Terra Livre (García; Thomaz Júnior, 2002).

Neste, a base epistemológica mobilizada também foi derivada de alguns pressupostos marxistas. Ademais, o recorte espacial eleito também foi o estado de São Paulo, em específico, o Pontal de Paranapanema. A discussão foi estruturada em três frentes: I) divisão sexual do trabalho; II) ideologias e práticas de subordinação das mulheres camponesas; III) estratégias de luta e representação política feminina no campo a partir de dois cotidianos, o assentamento Maria Cristina e o acampamento Padre Josimo. Como já discutimos o efeito da divisão sexual do trabalho a partir das ideias de Rosa Rossini, e que de certa forma tangenciam a reflexão sobre os discursos ideológicos que

atuam na manutenção de tal sistema assimétrico, concentramos nossa atenção nas proposições de Maria García e Antonio Thomaz Júnior sobre as estratégias de representação política feminina no campo.

Inicialmente, María García e Antonio Thomaz Júnior (2002) argumentam sobre a participação feminina nas ações que envolvem acampar e a manutenção do acampamento. Isto porque, assim como há distinção entre acampamento e assentamento (sendo que acampar refere-se ao momento de ocupação e a garantia da posse do lote, e o assentamento, a concretização e regulamentação da posse), as relações de gênero e de trabalho também são distintas em cada espacialidade.

A atuação feminina no acampamento normalmente se dá em compasso com a atuação dos homens, uma vez que a manutenção do acampamento demanda trabalho coletivo no que tange às estratégias e táticas na organização do mesmo:

O cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal. O papel da mulher como sujeito de resistência e “companheira de luta” é valorizado pela sua capacidade de trabalho [...] (García; Thomaz Júnior, 2002, p. 261).

Quando a terra é regulamentada e se transforma em um assentamento, as relações de gênero e de trabalho passam por mudanças significativas. Um dos principais desafios nesse processo é a forma como os espaços são divididos entre o que é considerado “de homem” e “de mulher”. O espaço público – como as áreas de plantio, os sindicatos e as mobilizações políticas – muitas vezes é visto como território masculino, enquanto o espaço privado (a casa), como a casa e os cuidados com a família, continua sendo associado às mulheres. Essa separação reforça desigualdades e limita a participação das mulheres nas decisões que afetam a comunidade como um todo.

A saber, a casa, historicamente na cultura ocidental foi concebida ideologicamente como a única espacialidade em que a participação feminina é/está autorizada. Uma vez qualificada como responsabilidade feminina, as demais tarefas/atividades no que tange o trabalho produtivo agrícola também “tornam-se” feminizadas ou masculinizadas. Nisso,

[...] A lavoura e a pecuária são fundamentalmente masculinas, ainda que a participação feminina seja constante não passa de ser reconhecida como complementar. Em contrapartida, a criação de pequenos animais e aves e os cuidados com o pomar e a horta (fruticultura e horticultura) são funções da ampliada “esfera doméstica” que implica o lote. A participação do homem nessas atividades se realiza de forma residual (García; Thomaz Júnior, 2002, p. 264).

Neste regime assimétrico, a mulher camponesa fica submetida a um certo tipo de confinamento, impossibilitada de realizar qualquer atividade ou experiência que não esteja previsto no estatuto de ordenação espacial: público *versus* privado. Na ocasião, foi verificado: “[...] a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa para muitas assentadas o seu isolamento social. Confinadas na produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos” (García; Thomaz Júnior, 2002, p. 262).

Em pesquisas recentes sobre a atuação da mulher no espaço rural, tem se enfatizado e valorizado a casa enquanto espaço de (re)produção de renda, reivindicando assim um estatuto político-econômico em contestação com a ideologia patriarcal que, com a alcunha de ‘doméstico’, esvazia todo histórico de luta e resistência das mulheres. Nesse horizonte, a professora-pesquisadora Maria Geralda Almeida foi uma das primeiras a considerar e pensar as feminilidades rurais como processos de resistências que se originam nos quintais, estes enquanto espacialidades holísticas.

A casa é forte reflexo das práticas culturais. Na forma e o material com que a fazem, estabelecem as divisões internas e os usos do espaço, como escolhem os objetos como úteis e necessários para seu interior, definem os espaços para os membros da família e visitantes, certamente os componentes sociais e culturais são determinantes. Este espaço definiu-se como o espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo, com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar da família. A casa é o abrigo e, também, “a fábrica”, em produções essenciais geradoras de alguma renda, como o artesanato (Almeida, 2016, p. 147).

É na casa e dentro de casa que, conforme identificado por García e Thomaz Júnior (2002) e Almeida (2016), muitas mulheres camponesas, para garantir uma renda própria, especializam-se em atividades como costura, crochê, artesanato, fabricação de doces, produtos derivados do leite etc. Com isso,

[...] A renda familiar ganha fôlego com qualquer produto comercializado e esses produtos são expressivos para a economia de um local no qual a geração de emprego é escassa. As vendas incentivam e motivam a mulher a procurar ampliar sua autonomia, principalmente na matéria-prima. Os quintais, por estarem na extensão do espaço da casa, tornam-se a primeira escolha (Almeida, 2016, p. 147).

Tal argumento lembra-nos da crítica da feminista negra-estadunidense Patricia Collins (2019), para quem a casa é como se fosse um espaço de resistência política e

fortalecimento subjetivo para mulheres negras. Defende-se que a casa não é apenas um espaço físico, mas uma espacialidade que emana espiritualidade. Espaço onde mulheres negras articulam suas experiências e constroem alternativas de sobrevivência e esperança. Casa como ancestral e intergeracional.

Tanto o texto de Rosa Rossini quanto o de Maria García com Antonio Thomaz Júnior nos oferecem fundamentos teóricos e conceituais para a reflexão e a problematização da mulher no campo brasileiro. Contudo, algumas questões não compareceram nos textos e/ou não foram aprofundadas como é o caso das assimetrias de gênero no trabalho rural atravessadas pelas diferenças de raça. Ou seja, é fato que as mulheres no campo estão implicadas numa condição subalterna perante os homens, mas, as opressões para com o gênero feminino, atingem de igual modo todas as mulheres camponesas? Estamos convencidos(as) que não.

Na divisão sexual-racial do trabalho, historicamente, a mulher negra está na base da pirâmide social (Hooks, 2023) esta que é presidida pelo homem branco, seguido pela mulher branca que está acima do homem negro. A sobrecarga de trabalho é quase que inerente ao corpo feminino negro. Aquilo que acostumamos chamar de capitalismo industrial revela sua outra face, a do capitalismo racial (Vergès, 2020).

Mesmo sendo as que mais trabalham no sistema de produção capitalista, os frutos do trabalho da mão-de-obra da mulher negra não são reconhecidos, valorizados e remunerados como deveriam, tanto em relação a homens brancos e negros, quanto em relação as mulheres brancas. Na pirâmide social, a mulher negra é sempre a que ganha menos, independente do seu cargo. Outrossim, a negação de direitos ao afeto, cuidado, descanso e ao lazer marcam e significam as existências das mulheres negras como vidas precárias (Butler, 2006).

As experiências das mulheres negras camponesas agenciadas corpo-espacialmente são frequentemente inspecionadas e interditas pelo regime patriarcal e o racismo estrutural (Davis, 2016). Opressões que atingem de maneira quase que mortífera e que revelam que suas vidas enquanto mulheres, negras e camponesas são triplamente (des)caracterizadas. Daí a urgência de uma leitura que consiga examinar de maneira profunda o tripé que sustenta tal plataforma bionecropolítica (Bento, 2018): raça-gênero-classe. Felizmente, as feministas negras tiveram sucesso nessa tarefa e conseguiram desenvolver um corpus político-científico fundado na noção/princípio da interseccionalidade.

[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nossa compreensão a partir das biografias utilizadas e da intersecção de raça, gênero e classe social – que nos leva também a uma leitura do Feminismo Negro – que a experiência interseccional da mulher negra no campo e/ou no rural está implicada em relações assimétricas que envolvem trabalho, renda e representação política. De modo consequente, as mulheres negras no campo e/ou no rural experimentam (concomitantemente) na carne/pele a divisão sexual e racialização do trabalho, o que interfere em questões como o acesso a recursos, a posse da terra, acesso a crédito e a tecnologia. Daí que a mulher negra no campo e/ou no rural está/vive duplamente marginalizada: pelo gênero, que a subordina dentro das dinâmicas patriarcais, e pela raça, que a coloca em uma situação de maior exploração econômica e social (Carneiro, 2011).

Os efeitos da divisão sexual laboral e a racialização do trabalho incidem na representação das mulheres negras camponesas e sua participação política nas decisões tomadas em sua comunidade. Isto porque sua experiência de vida é quase fantasmagórica. Uma vez que o imaginário da força masculina é o que rege a valorização da mão de obra no campo, consequentemente, a mulher negra é invisibilizada e interditada de direitos e oportunidades. Circunstâncias assim estimulam as mulheres negras camponesas a constituir outras fontes de afeto, autoestima e participação política no campesinato. Tais gestos constroem e fortalecem uma cosmovisão que tem o corpo como principal mediador.

Corpo e representação política por/entre mulheres negras no campo e/ou no rural

No contexto rural, a afetividade se manifesta de diversas formas, sendo uma delas as redes comunitárias construídas por mulheres negras. Elas se apoiam mutuamente, reúnem-se para partilhas de saberes ancestrais e buscam resolver as dificuldades de maneira coletiva. Essas redes não apenas fortalecem a resiliência individual-coletiva, mas também se tornam importantes ferramentas de transformação nas estruturas político-

econômicas. A mulher negra rural ocupa um espaço estratégico na luta pela terra, mas permanece excluída das narrativas de poder que determinam as políticas agrárias (Gonzalez, 2020).

A autorrepresentação política das mulheres negras camponesas garante direitos e melhorias em suas condições socioeconômicas. Engajadas politicamente, mulheres negras camponesas criam uma outra cultura feminina campesina e um outro sentido de ruralidade. Ao assumirem cargos de liderança, mulheres negras camponesas colocam em questão a masculinização da política no campo. Quando autorrepresentadas, mulheres negras camponesas inventam novas pedagogias culturais, educacionais, corporais e sexuais. E o mais importante: quando autorrepresentadas mulheres negras camponesas reconhecem e significam sua existência e corporeidade como territoriais (Ulloa, 2016). Assim, resistem às opressões não apenas por meio de lutas organizadas, mas também via cuidado comunitário, da partilha de saberes ancestrais e da construção de redes de solidariedade (Davis, 2016).

As redes de apoio para com as mulheres negras no campo muitas vezes dependem de outros grupos e/ou movimentos, incluindo familiares, amigos(as), representantes políticos etc. As resiliências de tais mulheres racializadas e periféricas são evidenciadas nas relações afetivas que conjugam, em alguns casos, adversidades comunitárias e familiares. A coletividade e solidariedade entre mulheres negras camponesas com demais sujeitos do campo fazem surgir alternativas e modos de vida campesina que contribuem para a construção de comunidades rurais mais justas e equitativas.

Os quilombos, por exemplo, consistem em espacialidades de profunda importância para manutenção de laços afetivos, afirmação das identidades de mulheres negras e, sobretudo, ativismo político, dado que historicamente a criação de um quilombo não denota:

[...] um sistema simples aglomerado amorfo, sem que seus membros tivessem papéis específicos a desempenhar. Isso não ocorria. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela (Moura, 2021, p. 45).

Assim, nos quilombos, as mulheres negras politizadas cultivam a coletividade e o companheirismo entre si. A politização feminina quilombola tende a favorecer e viabilizar a criação de espaços de (re)produção de modos de vida, políticas afirmativas e

pedagogias comunitárias. Para tanto, às mulheres quilombolas são oferecidos cargos e funções de trabalho comunitário e político.

O papel da mulher em algumas comunidades quilombolas atuais, por exemplo, voltado para a produção do seu sustento, de sua família e comunidade, baseia-se em princípios da sustentabilidade ecológica e da equidade social e considera a relação ser humano-natureza vinculada a uma dependência material para a sobrevivência e demonstra avanços no processo de controle de agentes de degradação ambiental [...] (Carmo; Ferreira, 2020, p. 291).

Ademais, questões referentes às práticas religiosas, educação familiar, tradições festivas, hábitos alimentares etc. são mantidas pelas mulheres quilombolas, consideradas as guardiãs de tais saberes. Nessas circunstâncias, as mulheres quilombolas assumem papéis de matriarcas, anciãs, bem como cargos de liderança e representações políticas. Na história do Brasil, personalidades como Dandara dos Palmares e Tereza Bengala são celebradas como protagonistas do movimento pelo reconhecimento dos quilombos como territórios ancestrais e culturais autônomos: “O território-quilombo é uma terra coletiva, corporificada em territorialidades e experiências igualmente coletivas. Os deslocamentos migratórios, relações de trabalho, práticas culturais, práticas religiosas e conflitos são movimentos inerentes à vida cotidiana” (Souza, 2023, p. 16).

No território-quilombo, a relação das mulheres negras camponesas com a terra está para além do valor daquele como moradia, como terreno fértil para o cultivo e produção de alimentos, e para além do bem-estar físico-material. Consiste também numa relação de afeto-espiritualidade em que a terra oferece sustento espiritual, ao passo que tais mulheres expressam gratidão, cuidado e reverência diante de cada ser, cada semente plantada e cada alimento colhido; cuidado consigo, com a comunidade e com o terra-corpo, sendo este o princípio base para qualquer política de resistência. Assim sendo, o território quilombola em que se manifesta as atividades campesinas é um espaço de circulação de vida (Ulloa, 2016). Onde se realiza a experiência corpo-terra-identidade (Gualda, 2016), qual mediada pelo sagrado e humano.

Para mais, as mulheres negras camponesas com seus conhecimentos tradicionais sobre agricultura sustentável, medicina natural e preservação ambiental oferecem soluções valiosas para os desafios contemporâneos. Suas cosmovisões de mundo-natureza propõem/sugerem usos e sentidos outros à terra, ao lugar, à paisagem, ao território. Sobre este último, verifica-se o quanto se faz presente no cotidiano de tais

mulheres e o quanto é evocado de distintas maneiras. Para as mulheres negras camponesas o território é a terra e a terra é território. Os usos e expressões deste são inscritos no trabalho, em casa, na linguagem, no movimento social, na família e/ou vizinhança, como também nos seus próprios corpos. Daí que se defende que os seus corpos são territórios, assim como o território significam seus corpos. Corpo-território. Território-Corpo.

Até aqui, identificamos na ciência geográfica, sobretudo, nos estudos pioneiros que ajudaram a formalizar a agenda de pesquisa que se dedica a pensar sobre relações de gênero no campo, uma ausência, em sentido ontológico e epistemológico, que é a mulher negra camponesa.

Felizmente, na última década, avanços teóricos e metodológicos foram registrados dado a repercussão das Geografias Negras no Brasil (Souza, 2023; Sousa; Bispo, 2023). Diante disso, na seção em sequência, prosseguimos com uma revisão narrativa-conceitual das últimas pesquisas concluídas entre 2019 e 2023 em quais verificamos esforços individuais e coletivos de tornar tal ausência ontológica e epistemológica (mulher negra camponesa), uma presença geográfica.

Mulheres negras no campo e/ou no rural: um panorama geográfico (2019-2023)

A presente seção foi elaborada na tentativa de apresentar alguns resultados e possíveis alternativas de trabalhos futuros para ampliar o debate em destaque. Apresentamos aqui uma revisão narrativa-conceitual (Ribeiro, 2014) fundamentada num levantamento bibliográfico de pesquisas realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nos meses de novembro e dezembro de 2024. Os critérios adotados foram: a) Teses e dissertações de Geografia concluídas entre 2019 e 2023 intituladas com algum dos termos, a saber, “Camponesas negras”, “Mulheres quilombolas”, “Mulheres negras rurais” e “Mulheres negras assentadas”; b) Teses e dissertações de Geografia concluídas entre 2019 e 2023 com resumos que contenham as palavras-chave: “Camponesas negras”, “Mulheres quilombolas”, “Mulheres negras rurais” e “Mulheres negras assentadas”. Foram encontrados apenas trabalhos que fazem menção ao termo “Mulheres Quilombolas”. No total, cinco pesquisas, sendo três teses e duas dissertações, conforme o quadro (Quadro 1) em sequência.

Quadro 1 - Teses e Dissertações de Geografia sobre mulheres negras e/ou quilombolas no campo e/ou rural (2019-2023)

Autoria - Universidade	Título	Palavras-chave	Tipo/Ano
LEÃO, Eleusa Maria - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Mulheres quilombolas e ações de afirmação territorial, Uruaçu-GO	Quilombolas; Mulheres; Território; Identidade; Artesanato; Uruaçu-GO	Tese/2019
SOUSA, Elaine da Silva - Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - TO	Protagonistas Femininas; Territorialidades; Quilombo; Muricilândia - TO	Dissertação/2021
COSTA, Iany Elizabeth da - Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ser a fiel da balança: uma geobiografia das mulheres quilombolas na Paraíba	Direitos Humanos; Mulher Negra; Territorialidade Quilombola; Resistência; Movimento Quilombola	Tese/2022
SANTOS, Zenaira da Silva - Universidade Federal de Goiás (UFG)	“A mulher é tudo, é guerreira”: mulheres, quilombo e cultura no território São José da Serra/RJ	Mulheres Quilombolas; Territórios Étnico-raciais; Jongo; Espaços Seguros	Dissertação/2022
FAGUNDES, Márcia Verssiane Gusmão - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Mulheres quilombolas do Brejo dos Crioulos: Protagonismo no norte de Minas Gerais	Território Quilombola; Comunidade Tradicional; Uso da Terra; Modos de Vida; Territorialidades	Tese/2023

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); **Elaboração:** Autoria própria.

Eleusa Leão em sua tese *Mulheres quilombolas e ações de afirmação territorial, Uruaçu-GO* estabeleceu como objetivo examinar e avaliar as “[...] estratégias de afirmação territorial e construção identitária empreendidas pelas mulheres da

Comunidade Quilombola Urbana João Borges Vieira, localizada na cidade de Uruaçu-GO [...]” (Leão, 2019, p. 6). Para tanto, a autora se dedicou a elaborar uma pesquisa de caráter qualitativo que, em termos de coleta de resultados, foi amparada em procedimentos metodológicos como observação em campo e aplicação de entrevistas.

A base teórico-conceitual e os resultados empíricos da pesquisa em questão podem ser acessados a partir da leitura dos cinco capítulos que estruturam a tese, contudo, considerando os nossos interesses em verificar como a identidade racial e de gênero constituem as relações campesinas, dedicamos nossa leitura para o capítulo dois (“Processo de formação da comunidade quilombola João Borges Vieira e o surgimento dos quilombolas”) e o capítulo quatro (“Associação Quilombola: instituição política e conquista de direitos”).

Eleusa Leão (2019) na coleta dos relatos (via entrevistas) sobre as dificuldades e os impeditivos políticos (recursos e investimentos) e jurídicos (legislações e normativas) para o reconhecimento do território quilombola João Borges Vieira, constatou o esforço das mulheres quilombolas em criar táticas para reverter tal situação de precariedade.

Nessa busca de serem reconhecidos e se afirmarem como quilombolas, perceberam que não podiam territorializarem-se em um espaço no qual não tinham aptidão. Neste entendimento, procuram na própria cultura uma forma de existir no espaço em que vivem. Neste processo, surge o **artesanato [...] A presença das mulheres amplia a possibilidade de criação de um território urbano, sem, contudo, desistirem totalmente das atividades rurais.** Aqui se percebe a preocupação dos membros da comunidade em conseguir renda e que o foco eram as mulheres já que para os homens ainda se pensava nas roças comunitárias (Leão, 2019, p. 62, grifos nossos).

O argumento em destaque oferece pistas para pensar como as relações de trabalho no quilombo são generificadas e por serem assim, a distribuição do poder e as tomadas de decisões são, por muitas vezes, desiguais. No caso do território João Borges Vieira, as mulheres quilombolas negociaram o poder a partir do entendimento de que, para aumentar a renda e, conseqüentemente, reivindicar a autonomia do território, é preciso que toda a comunidade exerça cargos e funções que garantam tal. Não somente, criar alternativas de trabalhos para além do território quilombola, dado que as atividades da/na terra demandam infraestruturas e investimentos via políticas públicas, e estas não são efetivadas no mesmo tempo de urgência das necessidades da comunidade.

Eleusa Leão (2019) em vista dos relatos das mulheres quilombolas da comunidade João Borges Vieira, mulheres que tornaram o artesanato a atividade produtiva de

recuperação e maximização de renda necessária para a autonomia do território, constatou que o sucesso da participação feminina no âmbito laboral foi/é tamanho que, o artesanato logo se tornou a principal atividade produtiva da comunidade.

Na trajetória de crescimento da associação, as mulheres foram se destacando, principalmente, porque as lavouras comunitárias foram desaparecendo e as atividades artesanais se sobressaindo. As únicas peças que são feitas por alguns homens é a confecção de peneiras. Outros ajudam as mulheres em atividades que demandam força física ou algumas habilidades específicas tais como furar cabaças e jatobás para a confecção de bonecas (Leão, 2019, p. 68).

A inferência da autora é de que a restauração do território quilombola João Borges Vieira ocorreu de modo coexistente com a territorialização das mulheres quilombolas, revelando assim que o vínculo entre território-gênero, ou melhor, território-corpo (Zaragocin, 2021; Chaves, 2021; Oliva, 2022) é a condição *sine qua non* para viabilizar e garantir a autodefinição e autoafirmação das mulheres quilombolas e demais mulheres racializadas. Por conseguinte, o artesanato, enquanto atividade manual e ancestral que engajou as mulheres quilombolas da respectiva comunidade, representa, de certo modo, uma resposta ao modelo tecnocrático de economia que tende a se perpetuar em territórios quilombolas e implantar relações de gênero assimétricas.

Dialogando com tal perspectiva da territorialização feminina nos quilombos, Elaine Sousa (2021) dedicou-se em sua pesquisa intitulada *Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - TO*, a “[...] compreender o processo de construção identitária e as territorialidades das protagonistas femininas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO [...]” (Sousa, 2021, p. 8). Um trabalho de caráter qualitativo que foi desenvolvido a partir de revisões bibliográficas, da observação-participante e da aplicação de entrevistas via *Google Meet* com intuito de obter histórias de vida de mulheres quilombolas da comunidade Dona Juscelina localizada em Muricilândia-TO.

A originalidade da pesquisa em questão, ao nosso ver, se deve em razão de ser um estudo de um quilombo que está situado no perímetro urbano e que por isso, a localização geográfica lhe concede particularidades político-econômicas e culturais. Isso registrado, o estudo de Elaine Sousa (2021) foi organizado em três capítulos, dos quais nos chamaram atenção o capítulo II (“Do ontem ao amanhã: feminilidade quilombola”) e o capítulo III (“O movimento feminino quilombola e suas territorialidades”). No capítulo II, dois

conceitos foram centrais na escrita de Elaine Sousa para compreender as trajetórias de mulheres quilombolas, a saber, memória e identidade.

A identidade e a memória de que estes escritos falam é o da mulher negra, quilombola, nortista/nordestina, romeira, parteira, escritora, raizeira, médica tradicional, etc. Estamos falando da mulher do quilombo Dona Juscelina, da matriarca, da liderança feminina, das protagonistas femininas que exercem suas funções tanto nos espaços internos quanto nos externos (Sousa, 2021, p. 81).

Com a história de vida, procedimento metodológico adotado pela autora, a recomposição da memória informa os atravessamentos, as opressões e as táticas de resistência e insurgência que constituem as identidades femininas quilombolas. Há aí inúmeras geografias subjetivas/existenciais que ganham matéria/peso, ou melhor, tornam-se corporificadas pelo ato revolucionário do falar. Ao falar, a mulher quilombola dismantela toda história oficial hegemônica que há séculos permanece no imaginário coletivo. Ao falar, a mulher quilombola coloca em xeque a perspectiva da história única (Adichie, 2009). Ao passo que a história oficial é um dispositivo de controle e exercício de poder, a memória é a história encarnada, a verdade impossível de ser silenciada e apagada.

Por que a memória e não a história? Mesmo que o processo de construção histórica de um lugar, de uma região, de um país tente apagar a existência e a luta de um povo, um grupo ou comunidade, a memória sempre fará com que exista, a memória sempre se lembrará daqueles que já foram, a memória desses povos sempre fará com que estes existam. É nessa memória, nesse recontar da história de sua comunidade, que as identidades do povo quilombola, especialmente da mulher quilombola, se faz e refaz diariamente [...] (Sousa, 2021, p. 83).

Assim, as mulheres quilombolas que falaram, e que ao falarem, suas falas foram registradas como testemunhos por Elaine Sousa (2021), são apresentadas para nós leitores e leitoras como: Ludimila Santos, Monaliza Almeida, Betânia Silva, Cícera Almeida, Lucilene Nascimento e demais companheiras.

Quanto às políticas de autoafirmação territorial protagonizada pelas mulheres quilombolas da comunidade Dona Juscelina, Elaine Sousa (2021) constatou atos e celebrações como o Festejo da Abolição, eventos organizados como palestras e videoconferências sobre assuntos que compõem a agenda de atuação do quilombo Dona Juscelina, a militância acadêmica, entre outras atividades.

O Festejo da Abolição que conta com a realização do Teatro a céu aberto ocorridos no mês de maio de cada ano são exemplos imensuráveis de territorialidades da comunidade, de construção de identidade. Neste seguimento, podemos dizer que organizar e realizar lives também são exemplos [...] A voz da mulher negra e quilombola chega agora, por meio da tecnologia, a vários lugares e perpassa por inúmeras significações e construções, não que não chegasse antes [...] (Sousa, 2021, p. 100).

Em nossa interpretação, a comunicação, o diálogo, o falar-com, falar-entre e falar-para, possibilitou às mulheres quilombolas da comunidade Dona Juscelina, para além de assumir cargos de liderança política, a restauração de identidades estilhaçadas historicamente com a diáspora³. Mulheres organizadas que fazem questão de lembrar, ou melhor, *memorar*⁴ que:

[...] a voz que ressoa do Quilombo Dona Juscelina é feminina, negra, quilombola e vem de uma trajetória que perpassa do cativeiro para uma herança cultural de festejo do dia da assinatura da Lei Áurea carregada de saberes e fazeres construídos a partir de uma liderança feminina que permite o afloramento de muitas outras (Sousa, 2021, p. 111).

Dadas as limitações formais requeridas quando da elaboração de um artigo, e para não nos incorremos em argumentos repetitivos, decidimos encerrar a presente seção com a análise da pesquisa elaborada por Zenaira Santos intitulada “*A mulher é tudo, é guerreira*”: *mulheres, quilombo e cultura no território São José da Serra/RJ* (Santos, 2022).

Zenaira Santos (2022) desenvolveu tal pesquisa com o objetivo de analisar de que modo e quais os conteúdos que constituem e legitimam o papel social das mulheres quilombos viventes no território de São José da Serra - RJ. A autora avalia o Jongo como uma das principais manifestações culturais e espirituais das/nas comunidades quilombolas brasileiros, e com um expressivo apelo político de resistência em razão de ser fruto da diáspora africana. Numa breve deambulação pela literatura especializada para compreender os sentidos e/ou modos de praticar Jongo, encontrei a pesquisa de Nayara Lacerda (2023), pesquisa na qual está registrado que:

³ Das possíveis interpretações para o termo, destaco: “[...] O termo diáspora expressa as experiências de pessoas que, em razão da escravidão, do colonialismo, do imperialismo e da imigração, foram forçadas a deixar sua terra natal [...] um referencial diaspórico sugere uma dispersão desde a África para as sociedades do Caribe, da América do Sul, da América do Norte e da Europa [...]” (Collins, 2019, p. 73).

⁴ Termo poético que faz alusão a memória constituída pela prática da oralidade: Mem-orar.

O Jongo tem suas variações conforme a comunidade que o pratica, assumindo também nomes como caxambu (Noroeste do estado do Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira e em algumas comunidades no sul do Espírito Santo). Assim como outras expressões culturais de descendência africana, o Jongo também associa percussão de tambores e dança coletiva em roda, composta de elementos lúdicos e poéticos. Assemelha-se, por exemplo, ao candombe de Minas Gerais, ao batuque em São Paulo, ao tambor de crioula e ao zambê existentes no Maranhão (Lacerda, 2023, p. 73).

Metodologicamente, a pesquisa de Zenaira Santos (2022) foi fundamentada na revisão bibliográfica, trabalho e observação em campo e realização de conversas informais que foram gravadas e organizadas como resultados empíricos. Dos cinco capítulos que a autora compôs, nos foram indispensáveis o capítulo IV (“Caminhos e passos: das mulheres quilombolas ao Jongo”) e o capítulo V (“Os territórios das mulheres no território de São José da Serra”). No capítulo IV, de modo semelhante ao que Elaine Sousa (2021) propôs, Zenaira Santos (2022) elegeu a memória como conceito e princípio norteador de toda sua escrita e relação com as interlocutoras da pesquisa. Contudo, e para além disso, a autora concebeu a memória enquanto uma metáfora de uma colcha de retalhos, e não somente, a memória como uma expressão corporal, e que no caso da pesquisa, tal expressão é mediada pela arte-dança Jongo.

As memórias coletivas são ritualizadas através do jongo. A prática do jongo tem uma origem comum, mas sem se prender somente ao passado, é recriado no presente, projetando-se ao futuro, uma dinâmica de continuidade marcada pelas diferenças do grupo. Não estamos falando de quaisquer grupos, são um grupo específico de mulheres que são jogueiras, mas que também são negras, são quilombolas e são rurais [...] (Santos, 2022, p. 76).

Por ser uma expressão agenciada por corpos negros femininos, o Jongo revela conteúdos que lhes caracteriza como uma prática de religação ancestral, dada a diáspora e a re-territorialização dos ancestrais primeiros que iniciaram o Jongo em terras que hoje conhecemos como Brasil. Logo, o Jongo é, em si, arte e política que deriva do vínculo ancestral, o território-mãe, mãe-África, e para que esse vínculo não seja encerrado, é necessário manutenção. Manutenção essa que é (sempre) mediada pelo corpo, por corpos. Jongo é, afinal, a materialidade artística do corpo-território feminino quilombola.

A prática do Jongo em São José da Serra é associada à transmissão entre gerações. A prática se configura não só um elemento de identidade, mas também uma resistência cultural. Insere-se nas reivindicações do grupo, na afirmação de suas identidades quilombolas, no processo de luta pelo território. O respeito aos ancestrais é encontrado nas letras de jongo e

no orgulho que as integrantes demonstram em historicizar suas famílias como jongueiras [...] (Santos, 2022, p. 82).

Para além de sua função ontológica-existencial, a arte-dança Jongo tem, pois, importância epistemológica quando se verifica seu potencial pedagógico de, através do dançar, o corpo e a oralidade confluem-se para evocar conhecimentos e saberes, e estes podem ser identificados nos conteúdos líricos dos cantos que são entoados pelas jongueiras.

Notamos nos pontos cantados narrativas do cotidiano de homens e mulheres quilombolas, registros do período colonial, da diáspora negra africana e outros acontecimentos. Em versos curtos estão presentes conflitos, resistências e religiosidades vezes de forma direta, vezes por meio de deboches ou metáforas que nem sempre me foram óbvias, haja vista devemos considerar que os pontos podem pertencer a contextos espaço-temporais e/ou variações linguísticas específicas [...] (Santos, 2022, p. 85).

A ritualização do Jongo seja em canto e/ou dança é uma prática cotidiana⁵, como capoeira, por exemplo. Ademais, o Jongo:

Pode ser dançado em pares, no centro da roda, ou mesmo individualmente, e qualquer pessoa pode dançar. O local onde o Jongo é praticado geralmente é denominado como ‘terreiro’ [...] Uma característica marcante da dança é o elemento da ‘umbigada’, gesto onde dois dançarinos se aproximam tocando seus umbigos. Esse movimento pode ocorrer no final da dança ou quando um dançarino assume o lugar do outro (Lacerda, 2023, p. 75).

Por fim, Zenaira Santos (2022) nos adverte do risco em reiterar o estereótipo-mito da mulher negra “forte” que foi inclusive evocado em algumas falas das interlocutoras que se autodefiniram como guerreiras. Há sim guerras acontecendo a todo instante e que têm como alvo os corpos negros femininos, corpos negros femininos infantis e adultos, corpos negros femininos em retomada de seus territórios ancestrais, corpo-territórios sob vigilância e ataques prescritos pela plataforma estatal necrobiopolítica (Bento, 2018)⁶

⁵ Durante o período colonial-escravista, os/as africanos/os escravizados/as tornaram o Jongo como uma prática de lazer nos raros períodos de “descanso”, e também como modo de comunicação, com códigos de linguagem oriundos dos versos cantados nos pontos e que só eram compreensíveis entre si (Lacerda, 2023).

⁶ Necrobiopoder trata-se de um conceito proposto pela socióloga brasileira Berenice Bento. Derivado dos conceitos de Necropolítica do cientista político camaronês Achille Mbembe, e do conceito biopolítica desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, o Necrobiopoder consiste num: “[...] conjuntos de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (Bento, 2018, p. 7).

vigente. Guerras essas que, decerto, implicam as mulheres quilombolas assumirem a postura de guerreiras, mas essa condição não deve ser essencializada a tal ponto de descaracterizar e vulnerabilizar ainda mais essas subjetividades.

Assim, mais do que lembrar e celebrar as guerreiras quilombolas que corajosamente enfrentam guerras diárias oriundas da ferida colonial aberta, precisamos (sempre) lembrar e celebrar as mulheres quilombolas como experiências corporificadas. Corpos políticos. Corpos em retomada. Corpos-territórios que sentem e geram afetos. Experiências corporificadas, e por assim serem, epistemologicamente legítimas.

Considerações finais

A adesão de pautas e demandas das mulheres no campo deve ser encarada como um compromisso social-político na/da ciência geográfica. Isto porque, toda e qualquer política de organização espacial e/ou ordenamento territorial, implica numa política de corpos e identidades.

O corpo e a raça estão na e para a Geografia assim como o espaço e o território. Neste sentido, as relações de trabalho no espaço rural atravessadas pelos marcadores de gênero e raça confere ao debate uma maior legitimidade, bem como resguarda o mesmo de argumentos descontextualizados, despolitizados e descorporificados, estes que só prejudicam aqueles/as que dispõem do privilégio da transcendência masculina universal, branca e patriarcal.

As pesquisas mencionadas e discutidas anteriormente legitimam esta nossa crítica. Tal legitimidade é conferida em razão de serem estudos geográficos que partilham semelhanças como: I) todas as pesquisas foram pesquisas escritas por mulheres geógrafas, (e para ética feminista acadêmica, a posicionalidade importa); II) estudos com recortes locais e regionais distintos, as saber, Uruaçu-GO, Muricilândia-TO e São José da Serra-RJ (e para uma pesquisa geográfica, a espacialidade importa); III) todos os estudos foram amparados em procedimentos metodológicos qualitativos (e para um pesquisa engajada em discutir relações raciais e de gênero isso informa graus de responsividade e pessoalidade vide os limites teórico-conceituais); IV) todos os estudos priorizam o conceito de território e noções de territorialidades, a memória, a identidade e corpo (e para uma pesquisa geográfica que se vincula aos estudos descoloniais e/ou se aproxima de princípios feministas tais conceitos são indispensáveis).

A marginalização sistêmica e epistêmica continua a ser desafios persistentes para as mulheres do/no campo, atingindo de forma mais violenta, as mulheres negras. Mesmo assim, essas mulheres com seus corpos-territórios e organizadas entre si engendram movimentos de resistência, lutando não apenas pelos seus direitos, mas também pela transformação das estruturas que perpetuam desigualdades e assimetrias. Desse modo, torna-se indispensável o reconhecimento da diversidade de experiências femininas racializadas para promoção de uma justiça social, cultural, ambiental e econômica no campo brasileiro. Isso garantido, estaremos mais próximos(as) de um futuro com comunidades rurais mais responsivas e menos desiguais. Os quilombos, ao nosso ver, são exemplos e testemunhos de que esse futuro é sim possível de ser construído.

Mulheres negras no campo são agentes de transformação. Mulheres negras podem vir a tornarem-se portadoras de memórias, guardiãs de saberes e escritoras de suas próprias histórias. Seus corpos, enraizados na terra, são testemunhos da interminável experiência diaspórica. São fontes de resistência e resiliência. Suas mentes germinam conhecimentos e artes que se tornam fontes para novas correntes epistêmicas. Suas vozes, que gritam dores e clamam direitos, são as mais criativas armas de enfrentamento e mobilização coletiva. Seus afetos, que acolhem e formam gerações, são as mais revolucionárias atitudes para ascensão de um outro *modus operandi*.

E diante delas e com elas, como podemos nos engajar nesse movimento?

Apostamos na escuta acolhedora, na mutualidade dos afetos, no letramento antissexista e antirracista por/entre percursos epistêmicos descoloniais-feministas que nos estimulam a gerar outros caminhos e raízes potentes o suficiente para a consolidação de uma base epistêmica holística e uma cosmovisão renovadas. Assim como espaços coletivos, políticas públicas que promovam igualdade racial, gênero e classe social; garantindo cidadania e justiça social.

Agradecimento

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento do projeto, ao qual se encontra vinculada esta pesquisa.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda. Mulheres Rurais - A descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. **Revista GeoNordeste**, São Cristovão, Ano XXVII, n. 2, p. 138-161, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/6163>. Acesso em: 13 fev. de 2024.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>. Acesso em: 21 nov. de 2023.

BUENO, Carolina Tapia; SILVA, Susana Maria Vele da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 279-299, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6478>. Acesso em: 19 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i51.6478>

BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Traducción de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. O papel da mulher na Comunidade Remanescente do Quilombo de Foja e sua relação com a natureza. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, Jequié, v. 5, n. 9, p. 281-312, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6515>. Acesso em: 20 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i9.6515>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CHAVES, Kena. A. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707>. Acesso em: 13 mai. de 2024. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2021.25.32707>

COLLINS, Patricia Hills. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Iany Elizabeth da. **Ser a fiel da balança**: uma geobiografia das mulheres quilombolas na Paraíba. 365f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 13 mai. de 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGUNDES, Márcia Verssiane Gusmão. **Mulheres quilombolas do Brejo dos Crioulos: protagonismo no Norte de Minas Gerais**. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2023.

GARCÍA, María Franco; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/171>. Acesso em: 13 out. de 2023.

GEHLEN, Maria Eloá; CHERFEM, Carolina Orquia. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? **INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p.1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244>. Acesso em: 12 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2021.e75244>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GUALDA, Suyai Malen García. Mujeres Mapuce, extractivismo y Kvme Felen (Buen Vivir): la lucha por los bienes comunes en Neuquén. **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales**, Mendoza, v. 3, n. 4, p. 15-39, 2016.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LACERDA, Nayara Ferreira. Jongo, cultura e resistência no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 69-97, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/88837>. Acesso em: 10 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.12660/rm.v15n23.2023.88837>

LEÃO, Eleusa Maria. **Mulheres quilombolas e ações de afirmação territorial, Uruaçu-GO**. 175f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2019.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina: EdUESPI, 2021.

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espaco ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/52313. Acesso em: 13 mai. de 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.52313>

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. As Margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6657>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RIBEIRO, José. L. Pais. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 674-682, 2014. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/psd/v15n3/v15n3a09.pdf>. Acesso em: 13 fev. de 2024.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, p. 1-13, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1159>. Acesso em: 13 out. de 2023.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Camponesas em lutas pelo fim da violência contra as mulheres e pela produção de outras formas de existência. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57262>. Acesso em: 10 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.e57262>

SANTOS, Zenaira da Silva. “A mulher é tudo, é guerreira”: mulheres, quilombo e cultura no território de São José da Serra/RJ. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2022.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 97-109, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3515>. Acesso em: 13 jul. de 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2007.3515>

SOUSA, Elaine da Silva. **Protagonistas de sua história**: territorialidades femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional, 2021.

SOUSA, Elaine da Silva; BISPO, Marcileia Oliveira. Do Ontem ao Amanhã: Protagonismos Femininos e Espacialização de suas Atividades no/do Quilombo Dona Juscelina. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 140-159, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/21596>. Acesso em: 17 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.14.i2.0007>

SOUZA, Josy Dayanny Alves. Território quilombola, territorialidades de mulheres: Uma abordagem geográfica. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXXIV, n. 1. p. 06-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/17156>. Acesso em: 13 ago. de 2024.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica brasileira**. 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

TEIXEIRA, Eliene Brito. Mulher negra sem terra: experiências de luta das acampadas de um território na Amazônia Paraense. **Revista Mutirão: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, Recife, v. 4, n. 3, p. 72-85, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/view/261638>. Acesso em: 14 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.261638>

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **NÓMADAS**, Bogotá, n. 45, p. 123-139, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZARAGOCIN, Sofia. Ampliando los espacios de los feminismos descoloniales desde los territorios y territorialidades antirracistas. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 114-125, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3512>. Acesso em: 21 nov. de 2023.

Recebido em 28 de janeiro de 2025.

Aceito em 30 de junho de 2025.

Publicado em 16 de setembro de 2025.